

# **BSR – Transporte Logística**

CPNJ: 36.779.260/0001-54      Insc. Estadual 367.893747.0030  
Rua Ivan Baptista de Oliveira 432 - Sala      Bairro Milho Branco  
CEP 36.083-000      Juiz de Fora - MG      Tel.: (32)  
9.8525-8532

## **DEFESA PRÉVIA — NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR**

**Processo nº 070/2025 — Pregão Eletrônico nº 033/2025**

**Ata de Registro de Preço nº 32/2025**

**Interessada: BSR Transporte e Logística LTDA — CNPJ nº 36.779.260/0001-54**

**À Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas – MG  
Setor de Licitações / Comissão de Acompanhamento e Fiscalização  
Contratual**

A empresa BSR TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.779.260/0001-54, com sede na Rua Ivan Baptista de Oliveira, nº 432, Bairro Milho Branco, Juiz de Fora/MG, vem, respeitosamente, apresentar sua

### **➤DEFESA PRÉVIA**

em face da Notificação Preliminar expedida, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

# **BSR – Transporte Logística**

CPNJ: 36.779.260/0001-54      Insc. Estadual 367.893747.0030  
Rua Ivan Baptista de Oliveira 432 - Sala      Bairro Milho Branco  
CEP 36.083-000      Juiz de Fora - MG      Tel.: (32)  
9.8525-8532

## **I — DOS FATOS**

A Prefeitura informa que o pedido foi feito no dia 26/02/2026 sendo o prazo de 5 dias úteis para a efetivação da entrega, qual seja, 06/03/2026. A empresa BSR realmente não conseguiu efetuar a entrega no prazo estipulado, pelas seguintes razões.

Como é sabido por todos, Juiz de Fora – MG – cidade onde a empresa é sediada – sofreu uma catástrofe com as fortes chuvas no dia 23/02/2026 e dia 25/02/2026, devastando a cidade, ocorrendo o óbito de mais de 70 pessoas e mais de 8000 desabrigados. Inclusive há um decreto de calamidade pública emitido pela Prefeitura da cidade.

Na empresa, além de funcionários desabrigados, tivemos a perda de grande parte da mercadoria.

Para que a entrega das cestas básicas solicitadas sejam efetuadas, a empresa somente não conseguiu recomprar dentro das marcas vencedoras o arroz e o extrato de tomate.

Para piorar, com a questão da guerra entre os EUA e Irã já está faltando diesel na cidade e o frete dos produtos já encareceu.

A empresa entende que este não é um problema da Prefeitura e que precisamos resolver.

# **BSR – Transporte Logística**

CPNJ: 36.779.260/0001-54      Insc. Estadual 367.893747.0030  
Rua Ivan Baptista de Oliveira 432 - Sala      Bairro Milho Branco  
CEP 36.083-000      Juiz de Fora - MG      Tel.: (32)  
9.8525-8532

No intuito de conseguir efetuar o fornecimento, a empresa solicita a troca de marca abaixo especificada, diante de todas as questões apresentadas:

Arroz 5kg, tipo 1, marca A100 para arroz 5 kg, tipo 1, marca Sepe. Segue anexo a ficha técnica, bem como o site da marca para ser analisado por esta comissão.

<https://www.arrozsepe.com.br/produtos>

Extrato de tomate lata, 340g marca bonare para extrato de tomate lata 350g, marca cajamar, segue anexo a ficha técnica e foto do produto.

## **II — DO PEDIDO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO**

Tendo em vista os problemas ocasionados e no intuito de não criar qualquer prejuízo para a Prefeitura, a empresa BSR Transporte e Logística solicita a rescisão amigavelmente o contrato, haja vista por todos os custos inesperados que não foram contabilizados por nós (catástrofe em Juiz de Fora com perda dos produtos), alta do Diesel por conta da guerra, o contrato ter se tornado inviável e oneroso.

## **III— DA BOA-FÉ OBJETIVA E DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO (Lei 14.133/2021)**

# **BSR – Transporte Logística**

CPNJ: 36.779.260/0001-54      Insc. Estadual 367.893747.0030  
Rua Ivan Baptista de Oliveira 432 - Sala      Bairro Milho Branco  
CEP 36.083-000      Juiz de Fora - MG      Tel.: (32)  
9.8525-8532

A Lei nº 14.133/2021 dispõe expressamente que a execução contratual deve observar boa-fé e cooperação entre as partes:

Art. 5º, IV — Eficiência, interesse público, economicidade e boa-fé.

Art. 11 — A execução dos contratos deve observar o princípio da cooperação entre as partes.

A contratada não se negou a cumprir o objeto, não houve abandono, resistência, má-fé ou descumprimento reiterado.

Ao contrário:

- ✓ Tentativa inicial de entrega no prazo;
- ✓ Correção imediata após orientação da fiscalização;
- ✓ Prevenção de dano à Administração;
- ✓ Disponibilidade para adequações futuras.

Tais condutas caracterizam estrita observância à boa-fé objetiva, afastando qualquer intenção sancionável.

## **IV — DA GRADAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

# **BSR – Transporte Logística**

CPNJ: 36.779.260/0001-54      Insc. Estadual 367.893747.0030  
Rua Ivan Baptista de Oliveira 432 - Sala      Bairro Milho Branco  
CEP 36.083-000      Juiz de Fora - MG      Tel.: (32)  
9.8525-8532

Mesmo que se entenda pela ocorrência de irregularidade, a Administração não pode aplicar sanções severas sem observar o princípio da gradação, previsto na Lei 14.133/2021:

Art. 156, §1º — As sanções serão aplicadas levando-se em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos decorrentes, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os antecedentes do contratado.

Neste caso:

- Trata-se de ocorrência pontual e sanada;
- Sem dano ao erário;
- Sem prejuízo à continuidade do serviço público;
- Sem reiteração de conduta;
- Em fase inicial do contrato.

Logo, qualquer punição desproporcional violaria a lei.

## **V — DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE**

O STF e os Tribunais de Contas consolidaram que a sanção administrativa deve ser proporcional ao impacto do fato e não pode ser utilizada como instrumento punitivo automático.

No caso concreto:

- não houve dano à Administração;

# **BSR – Transporte Logística**

CPNJ: 36.779.260/0001-54      Insc. Estadual 367.893747.0030  
Rua Ivan Baptista de Oliveira 432 - Sala      Bairro Milho Branco  
CEP 36.083-000      Juiz de Fora - MG      Tel.: (32)  
9.8525-8532

- não houve atraso prolongado;
- não houve prejuízo de serviço essencial;
- houve regularização espontânea.

Sanção, aqui, teria caráter punitivista e não educativo, contrariando o interesse público.

## **VI — DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, requer:

1. O acolhimento integral desta defesa e o arquivamento da notificação, reconhecendo-se que a contratada atuou em conformidade com os princípios da cooperação, boa-fé e eficiência.
2. Alternativamente, caso Vossa Senhoria entenda pela existência de irregularidade formal, requer-se que a ocorrência seja tratada como fato isolado e já corrigido, sem aplicação de sanções, nos termos do art. 156, §1º da Lei 14.133/2021, respeitando a proporcionalidade e precedentes de ajuste contratual.
3. Alternativamente, caso Vossa Senhoria entenda possível, a rescisão amigável do contrato, sem imposição de sanções para a empresa, haja vista por todos os custos inesperados que não foram contabilizados por nós (catástrofe em Juiz de Fora com perda dos produtos), alta do Diesel por conta da guerra, o contrato ter se tornado inviável e oneroso.

Pede e espera deferimento.

# **BSR – Transporte Logística**

CPNJ: 36.779.260/0001-54

Insc. Estadual 367.893747.0030

Rua Ivan Baptista de Oliveira 432 - Sala

Bairro Milho Branco

CEP 36.083-000

Juiz de Fora - MG

Tel.: (32)

9.8525-8532

Juiz de Fora, 13 de março de 2026.

BSR TRANSPORTE E  
LOGISTICA  
LTDA:36779260000154  
154

Assinado de forma digital por  
BSR TRANSPORTE E LOGISTICA  
Dados: 2026.03.13 13:47:04  
+03'00"

Bsr Transporte e Logística Ltda



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**  
**DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA**  
**ATOS DO GOVERNO DO PODER EXECUTIVO**

**Publicado em: 24/02/2026 às 01:45**

**DECRETO Nº 17.693, de 24 de fevereiro de 2026 - Declara estado de calamidade pública no Município de Juiz de Fora por tempestade local convectiva Chuvas Intensas - COBRADE 1.3.2.1.4, conforme Portaria nº 260/2022 do Ministério de Desenvolvimento Regional. A PREFEITA DE JUIZ DE FORA, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal e pela Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, bem como pela Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal de situação de emergência e estado de calamidade pública no âmbito do SINPDEC; e CONSIDERANDO que a partir da noite de 22 de fevereiro de 2026 uma sequência de chuvas intensas e persistentes atingiu o Município, causando impactos significativos à população, à circulação urbana e à infraestrutura pública e privada; CONSIDERANDO que, até o dia 00h do dia 24 de fevereiro de 2026, o volume pluviométrico acumulado chegou a 584 mm, tornando fevereiro de 2026 o mês mais chuvoso já registrado na história do município, com precipitações que superaram quase 4 (quatro) vezes a média histórica do período; CONSIDERANDO que as fortes precipitações provocaram alagamentos generalizados de vias públicas, enxurradas, deslizamentos de terra, desabamento de muros e bloqueios de trânsito, além de diversos pontos de risco geológico em áreas urbanas; CONSIDERANDO que ocorrências de pessoas ilhadas, resgates e retirada de moradores de áreas de risco foram registradas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e pela Defesa Civil Municipal, destacando a ameaça à vida, à segurança e ao bem-estar da população; CONSIDERANDO que há interdições de vias estruturais e bloqueios preventivos em locais como mergulhões, pontes e trechos de circulação urbana em razão das condições perigosas impostas pelas chuvas; CONSIDERANDO que organismos meteorológicos, como o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), continuam emitindo alertas de perigo e de precipitações intensas com risco de alagamentos e ventos fortes, indicando a possibilidade de continuidade de eventos adversos; CONSIDERANDO que tais circunstâncias configuram situação anormal grave, impondo risco iminente à ordem pública, saúde, segurança das pessoas, patrimônio e serviços essenciais, **DECRETA:** Art. 1º Fica declarado Estado de Calamidade Pública nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE inserido no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD) da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (S2iD), em virtude do desastre classificado e codificado como tempestade local/convectiva - chuvas intensas - 1.3.2.1.4, conforme legislação aplicada. Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução, inclusive com suporte logístico e operacional estadual e federal, mediante coordenação com órgãos de defesa civil e agências de cooperação. Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil. Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incs. XI e XXV, do art. 5º, da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a: I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação; II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano. Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população. Art. 5º Em situações extremas e caso configurada a utilidade pública, autoriza-se o início de processos de desapropriação, conforme legislação federal aplicável ao tema, com a observância de suas condições e consequências. Art. 6º Com fundamento no art. 75, inc. VIII, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensadas de licitações as aquisições dos bens necessários ao atendimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedada a recontração de empresas e a prorrogação dos contratos. Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por 180 (cento e oitenta) dias. Prefeitura de Juiz de Fora, 24 de fevereiro de 2026. a) MARGARIDA SALOMÃO - Prefeita de Juiz de Fora. a) RONALDO PINTO JUNIOR - Secretário de Governo.**

Fechar